Relatório Macro LCA

dezembro de 23

Perspectivas para o comércio em 2024

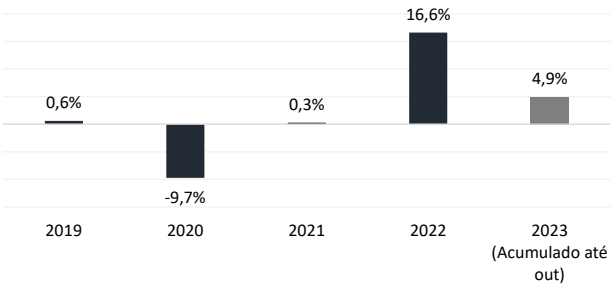
Desempenho recente

Em 2022, a receita real de revenda do comércio varejista ampliado recuou 0,6%, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), do IBGE. Essa queda ocorreu apesar das medidas de estímulo adotadas pelo governo no período pré-eleitoral, que beneficiaram, especialmente, as vendas do segmento de combustíveis e lubrificantes. Dessa forma, o desempenho negativo do comércio foi puxado, especialmente, por atividades de demanda mais sensível às condições de crédito, como móveis e eletrodomésticos e materiais de construção.

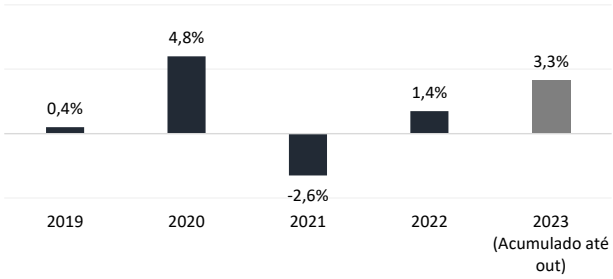
Em 2023, o comércio vem mostrando desempenho mais robusto no agregado, acumulando alta de 2,4% até outubro. Esse crescimento vem, em parte, de atividades mais sensíveis à renda, como o varejo alimentício e de artigos farmacêuticos, que se beneficiaram do avanço dos rendimentos reais do trabalho e das transferências no âmbito do Bolsa Família.

Por sua vez, algumas atividades seguiram pressionadas pelo cenário de juros altos e pela concorrência de plataformas de *e-commerce* internacionais, como vestuário e calçados. Já o segmento de veículos e peças teve alta importante no mesmo período, também em função do programa de estímulo do governo federal para a compra de automóveis na metade do ano.

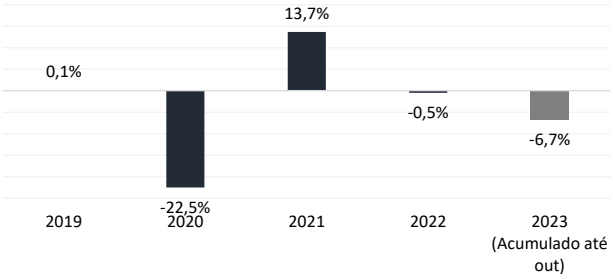
Combustíveis e lubrificantes
Crescimento anual. Fonte: IBGE. Elaboração: LCA



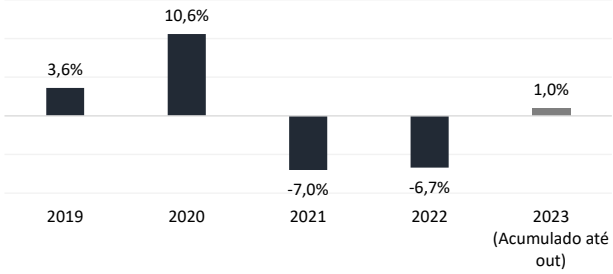
Hiper., supermercados e produtos alimentícios
Crescimento anual. Fonte: IBGE. Elaboração: LCA



Vestuário e calçados
Crescimento anual. Fonte: IBGE. Elaboração: LCA



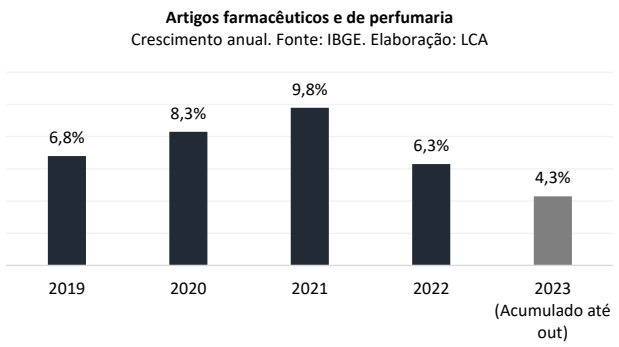
Móveis e eletrodomésticos
Crescimento anual. Fonte: IBGE. Elaboração: LCA

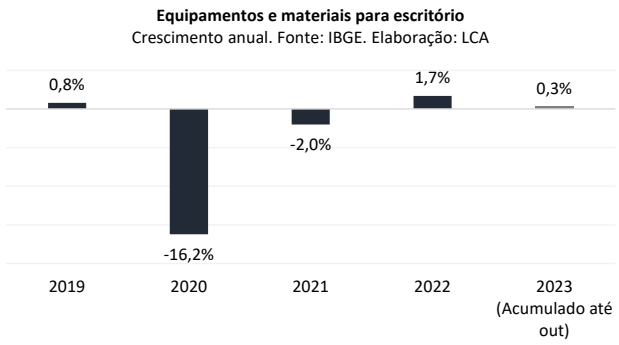


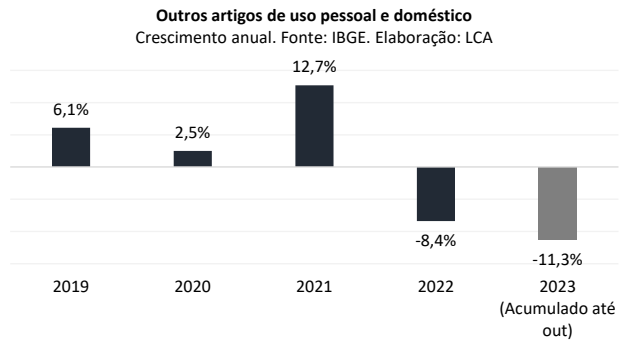
Publicação produzida pela LCA exclusivamente para clientes. Reprodução proibida.

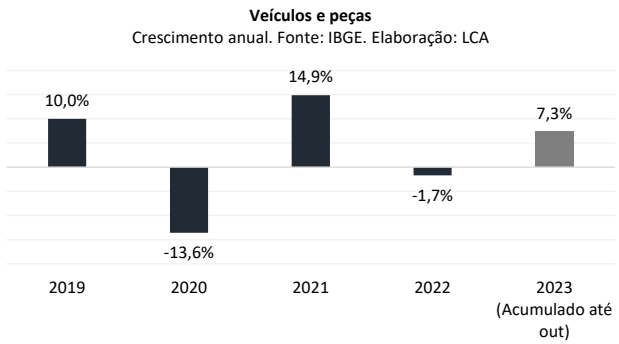
Este relatório foi preparado com informações de acesso público, analisadas rigorosamente pela LCA. O usuário deste material assume integralmente a responsabilidade pelas consequências da sua utilização.

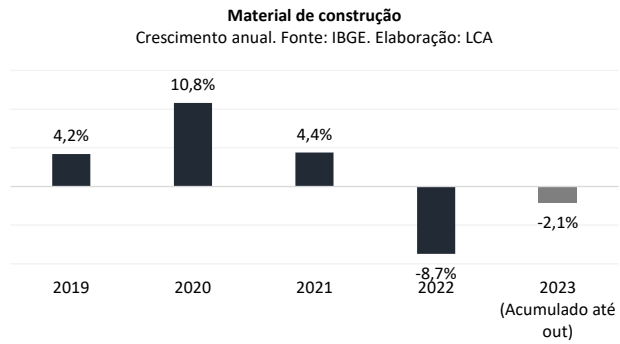
Rua Cardeal Arcoverde, nº 2450 | Conjunto 301 ao 309 | Bairro Pinheiros | CEP 05408-003 | São Paulo – SP | Tel + 55 11 3879-3760 | fax 3879-3737 | contato@lcaconsultores.com.br | www.lcaconsultores.com.br











Evolução recente dos pequenos negócios

Uma vez que a PMC tem por objetivo acompanhar o desempenho das empresas com 20 ou mais pessoas ocupadas, é necessário empregar outros indicadores para avaliar mais detalhadamente a evolução recente dos pequenos negócios. Para esse fim, é possível utilizar o cruzamento de microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), segmentando a evolução do emprego formal por setor e por porte da empresa. Cabe destacar que os números apresentados consideram as seguintes definições: microempresas (MEs) possuem até 9 empregados; empresas de pequeno porte (EPPs) têm entre 10 e 49 empregados; e empresas de médio porte (EMPs) possuem entre 50 e 99 empregados.

Em primeiro lugar, destaca-se que o emprego sofreu mais em empresas de menor porte. Em setembro, a variação interanual do emprego formal foi de -4,5% para as MEs e de -2,6% para as EPPs. Para fins de comparação, vale notar que as EMPs tiveram alta média de 0,2%, ao longo do mesmo período.

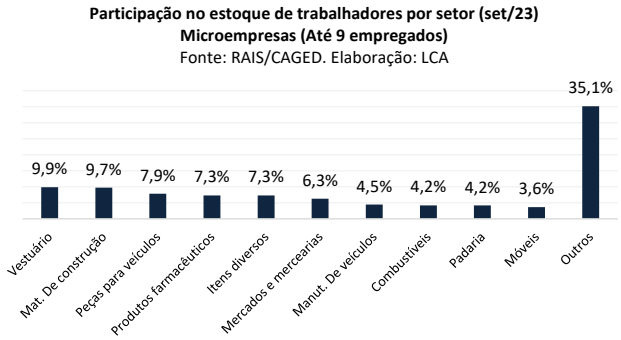
Entre as MEs, o comércio de vestuário, que tem a maior participação em termos de emprego formal, teve queda de 9,1% em setembro, em base interanual. Essa leitura corrobora a queda da receita do setor medida na PMC, e reforça a percepção de que a demanda por bens semiduráveis vem sendo contida pela competição de plataformas de *e-commerce* internacionais e pelo endividamento das famílias ainda alto.

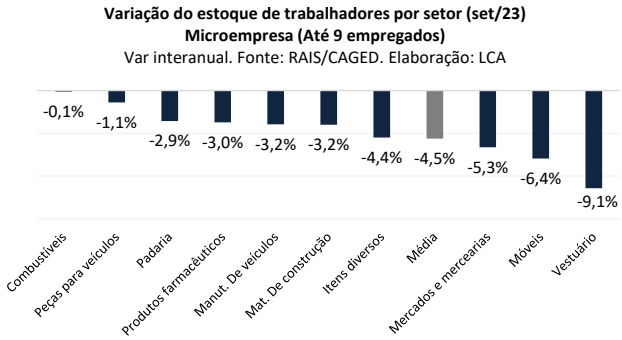
Ainda com relação às MEs, nota-se uma queda interanual de 5,3% para o emprego formal na atividade de mercados e mercearias. Essa leitura diverge do crescimento da receita do varejo alimentício no âmbito da PMC, bem como do crescimento da ocupação observado para a mesma atividade entre as EMPs, sugerindo que as

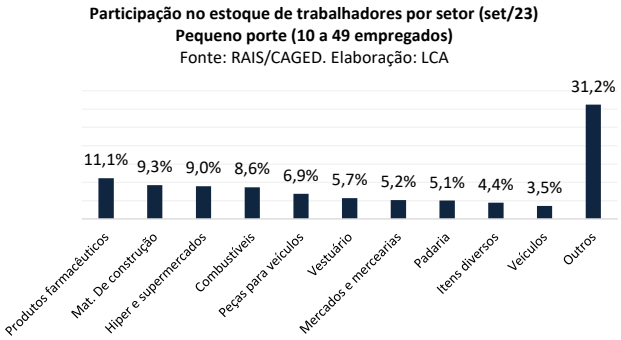
firmas de menor porte vem tendo dificuldades a despeito do quadro relativamente favorável para a demanda por alimentos.

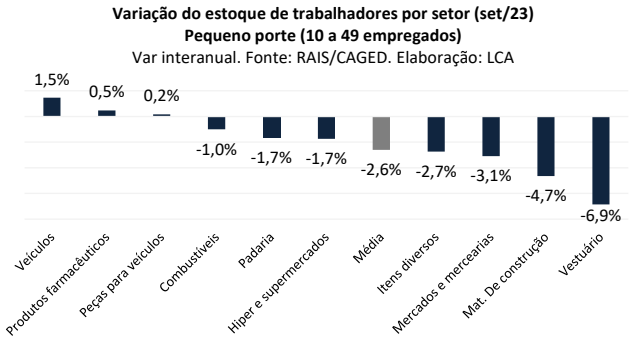
Entre as EPPs, nota-se que o comércio de produtos farmacêuticos teve alta interanual do emprego formal de 0,5%. Embora tímido, esse crescimento veio bem acima da média das empresas do mesmo porte, o que se correlaciona ao avanço da receita do setor no âmbito da PMC.

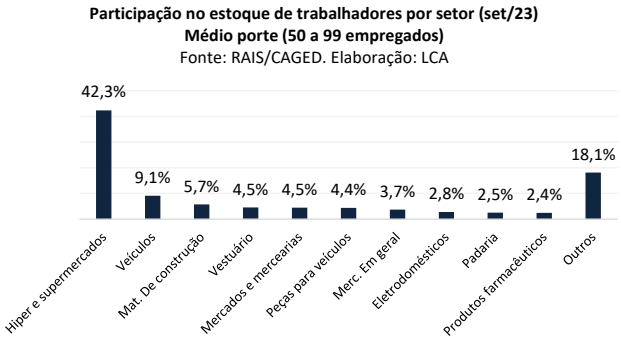
Por fim, vale destacar a evolução do comércio de materiais de construção, que possui elevada participação no emprego formal entre as firmas de menor porte. Para as MEs, a ocupação nessa atividade teve queda interanual de 3,2% em setembro; para as EPPs, a retração foi de 4,7%. Nota-se que esse segmento também teve desempenho negativo entre as EMPs, sugerindo um quadro de fraqueza da atividade na construção civil.

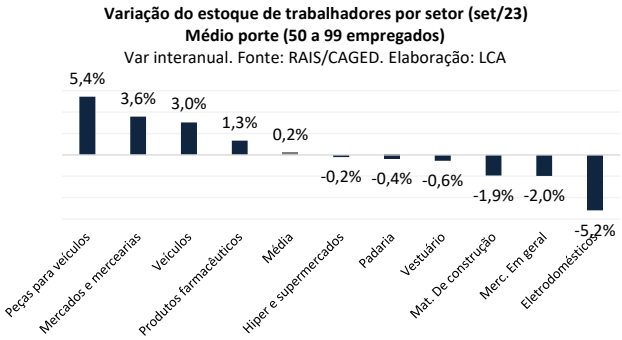












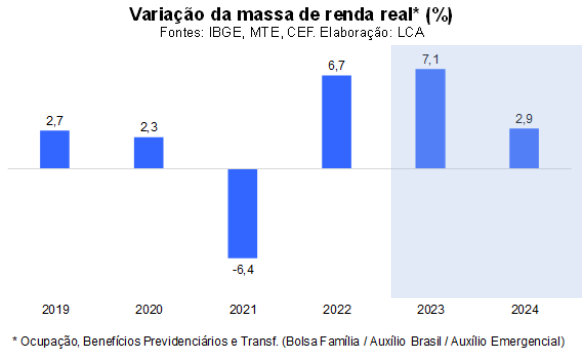
Uma vez detalhado o desempenho recente do comércio, incluindo tanto o quadro geral como a evolução dos pequenos negócios, parte-se para a análise das suas perspectivas, com foco no ano de 2024. Para isso, serão analisados os principais determinantes econômicos do setor, que pode ser segmentado entre o comércio sensível à renda e o comércio sensível ao crédito.

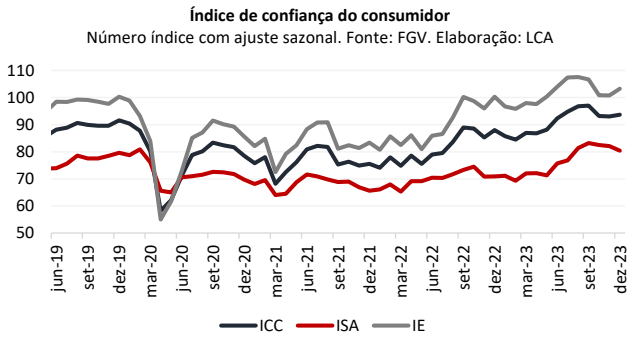
Comércio sensível à renda

Para o recorte do comércio predominantemente sensível à renda, a perspectiva para o próximo ano é de crescimento, embora mais fraco do que o observado no ano corrente. Em primeiro lugar, a massa de renda ampliada deverá crescer 2,9% em 2024, ante 7,1% em 2023. Essa desaceleração decorre de um avanço mais moderado dos rendimentos do trabalho, bem como de um incremento menor nas transferências do Bolsa Família.

De toda forma, o salário-mínimo terá aumento nominal de 7,0% em 2024, em função da política de valorização permanente adotada pelo governo, o que contribuirá para sustentar a capacidade de consumo das famílias.

Esse quadro de desaceleração da renda já se reflete em uma estagnação da confiança do consumidor. De acordo com a FGV, o otimismo das famílias com a situação atual teve a terceira queda consecutiva em dezembro. Esse resultado representa um arrefecimento do índice após a forte alta observada entre janeiro e setembro, sugerindo que o consumo também pode desacelerar no curto prazo.





No tocante à inflação, o IPCA deverá acumular 4,2% em 2024, ligeiramente abaixo da expectativa de 4,5% para 2023. Com isso, a inflação ficará relativamente contida, dentro do intervalo da meta do Banco Central, o que afasta riscos de pressão excessiva sobre o balanço das famílias. Vale destacar, no entanto, que os preços de alimentos no domicílio voltarão a subir, após queda em 2023, o que decorrerá em parte de uma expectativa de safra em queda que se liga à ocorrência de fenômenos climáticos extremos ao redor do país. Esse fator, portanto, também poderá conter a demanda e limitar as vendas do varejo alimentício ao longo do próximo ano.

Tab. 5 - Variação anual (%)

Grupos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	2024*
IPCA Total	10,7	6,3	2,9	3,7	4,3	4,5	10,1	5,8	4,5	4,2
1.Alimentação e bebidas	12,0	8,6	-1,9	4,0	6,4	14,1	7,9	11,6	0,6	4,7
11.Alimentação no domicílio	12,9	9,4	-4,9	4,5	7,8	18,2	8,2	13,2	-1,1	4,3
12.Alimentação fora do domicílio	10,4	7,2	3,8	3,2	3,8	4,8	7,2	7,5	5,4	5,8
2.Habitação	18,3	2,8	6,3	4,7	3,9	5,3	13,0	0,1	5,0	4,1
3.Artigos de residência	5,4	3,4	-1,5	3,8	-0,4	6,0	12,1	7,9	-0,1	2,1
4.Vestuário	4,5	3,5	2,9	0,6	0,7	-1,1	10,3	18,0	3,1	5,3
5.Transportes	10,2	4,2	4,1	4,2	3,6	1,0	21,0	-1,3	6,8	3,0
6.Saúde e cuidados pessoais	9,2	11,0	6,5	4,0	5,4	1,5	3,7	11,4	7,0	6,2
7.Despesas pessoais	9,5	8,0	4,4	3,0	4,7	1,0	4,7	7,8	5,6	3,7
8.Educação	9,2	8,9	7,1	5,3	4,8	1,1	2,8	7,5	8,0	6,3
9.Comunicação	2,1	1,3	1,8	-0,1	1,1	3,4	1,4	-1,0	2,8	1,1
Categorias										
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023*	2024*
Bens Não Duráveis	12,3	9,3	-2,7	3,3	6,7	13,2	9,4	12,0	0,1	4,4
Bens Semi Duráveis	5,3	4,1	2,4	0,9	0,6	-0,1	10,0	15,3	2,7	4,4
Bens Duráveis	3,3	1,4	-1,2	1,7	0,0	4,6	13,0	6,2	-0,3	2,3
Serviços	8,1	6,5	4,5	3,3	3,5	1,7	4,8	7,6	5,9	4,5
Industriais	6,2	4,8	1,0	1,1	1,7	3,2	11,9	9,5	1,4	3,6
Monitorados	18,1	5,5	8,0	6,2	5,5	-1,9	7,6	-5,9	9,1	4,3
Livres	8,5	6,6	1,3	2,9	3,9	5,2	7,7	9,4	3,0	4,2

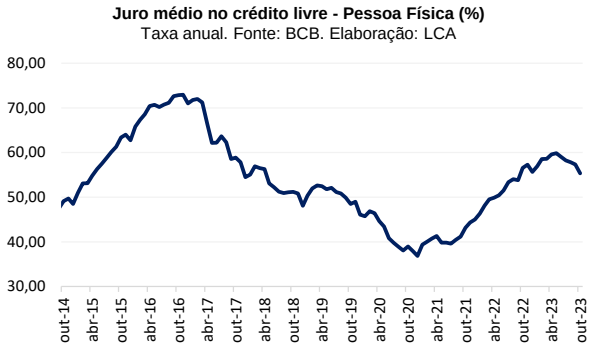
Fonte: IBGE. Elaboração e *Projeções: LCA.

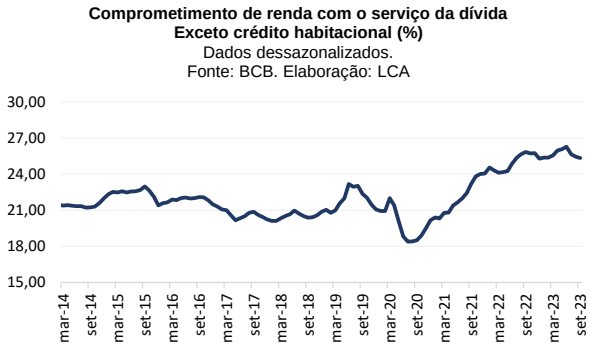
Comércio sensível ao crédito

Com o início do ciclo de queda da taxa Selic, o juro médio no crédito livre à pessoa física recuou de 59,9% em maio para 55,4% em outubro. Apesar disso, o comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida segue em patamar historicamente alto – embora com ligeira queda recente, na esteira do programa do governo federal de renegociação de dívidas (Desenrola). Dessa forma, o quadro para o primeiro semestre de 2024 ainda é de necessidade de desalavancagem financeira pelas famílias, o que reduz a capacidade de consumo de bens semiduráveis e duráveis.

Além disso, as vendas de algumas categorias de produtos deverão seguir prejudicadas pela competição com plataformas de *e-commerce* internacionais. Em especial, as vendas domésticas de itens de preços baixos devem ser mais impactadas, dada a isenção de imposto de importação para produtos abaixo de 50 dólares. Nesse sentido, destaca-se a discussão atual sobre a possibilidade de retomada da taxação de importações de valor mais baixo no próximo ano, o que consistiria em um fator positivo para a recuperação das vendas domésticas.

O cenário relativamente pessimista para o comércio sensível ao crédito no curto prazo é reforçado pela evolução recente da confiança dos empresários do comércio. De acordo com a FGV, esse índice teve a terceira queda consecutiva em novembro, na série com ajuste sazonal. Em particular, a pesquisa apontou que 34,5% das empresas produtoras de bens não essenciais (exclui hiper e supermercados, artigos farmacêuticos e combustíveis) afirmavam que a demanda insuficiente era um fator limitativo para a expansão dos negócios.





Projeções para 2024

Com base nas perspectivas descritas acima, esperamos certa estabilidade da taxa de crescimento do comércio entre o ano corrente e o próximo. Sob a ótica restrita, projetamos que a variação da receita real deverá passar de 1,8%, em 2023, para 1,7% em 2024; sob a ótica ampliada, a expectativa é que o crescimento passe de 2,2% para 2,0%, nas mesmas bases de comparação.

Para o comércio sensível à renda, espera-se crescimento ainda relevante, embora em ritmo menor, ao longo do próximo ano. Dessa forma, o crescimento da receita real do varejo alimentício deverá passar de 4,1%, em 2023, para 2,2% em 2024. No segmento de artigos farmacêuticos e de perfumaria, a taxa deverá passar de 4,8% para 2,6%, nos mesmos períodos, apontando para um crescimento ainda robusto para as EPPs.

De forma geral, o cenário para o comércio mais sensível ao crédito no próximo ano ainda é relativamente fraco, como se percebe pelas expectativas de variação de -0,9% para o segmento de vestuário e de 0,3% para móveis e eletrodomésticos. Essa perspectiva, portanto, coloca um viés mais negativo para o setor de maior participação no emprego formal entre as MEs.

Por sua vez, as vendas de veículos e peças deverão ter alta de 1,7% em 2024, bem abaixo da leitura de 6,4% esperada para 2023. Além dos juros ainda altos, essa expectativa também decorre da antecipação da compra de automóveis novos para o ano corrente, na esteira do estímulo implementado pelo governo federal.

Por fim, as vendas de materiais de construção deverão ficar perto da estabilidade em 2024, após retrair 1,7% em 2023. Nos próximos trimestres, espera-se que os lançamentos imobiliários sigam limitados no mercado de médio e alto padrão, em função da baixa acessibilidade atual na aquisição de imóveis. Por outro lado, o aumento

dos subsídios para a habitação popular poderá estimular o mercado de padrão econômico, evitando uma queda mais significativa das vendas de materiais de construção, que tem bastante relevância para as MEs e EPPs.

	2021	2022	2023 (p)	2024 (p)
Volume de comércio				
PMC Restrita	1,4	1,0	1,8	1,7
Combustíveis e lubrificantes	0,3	16,6	3,8	1,3
Hiper/super, prod. aliment.	-2,6	1,4	4,1	2,2
Tecidos e vestuário	13,7	-0,5	-5,4	-0,9
Móveis e eletrodomésticos	-7,0	-6,7	0,6	0,3
Art. farma. e de perfumaria	9,8	6,3	4,8	2,6
Livros e jornais	-16,8	14,8	-3,8	0,5
Equip. e mat. para escritório	-2,0	1,7	-1,0	4,4
Outros artigos pessoais	12,7	-8,4	-10,7	0,6
Veículos, motos e peças	14,9	-1,7	6,4	1,7
Material de construção	4,4	-8,7	-1,7	-0,1
Atacado de prod. aliment.	-	-	1,4	4,2
PMC Ampliada	4,5	-0,6	2,2	2,0

Fonte: IBGE. Elaboração e projeções: LCA.